PRINCÍPIO REPUBLICANO E A RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE REDES SOCIAIS: IMPACTOS NO COMPORTAMENTO SOCIAL

REPUBLICAN PRINCIPLE AND THE RESPONSIBILITY OF SOCIAL NETWORK PROVIDERS: IMPACTS ON SOCIAL BEHAVIOR

Raíssa Gabriela Mobiglia¹

Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho²

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar a responsabilidade dos provedores de redes sociais à luz do princípio republicano, analisando também as atuais decisões sobre o tema nas Cortes Superiores. Com o uso crescente das redes sociais, observa-se um impacto significativo, tanto no Direito quanto na vida em sociedade. A liberdade de expressão, direito fundamental garantido pela Constituição Federal (artigo 5º, inciso IV) e pela Lei 12.965/2014 (artigo 2º), permite que os indivíduos utilizem a internet para manifestar suas opiniões e expor suas atividades, de modo geral. Entretanto, o uso indiscriminado dessas plataformas também facilita a prática de crimes sem grandes consequências para os infratores, o que gera preocupações não apenas para o Direito, mas também quanto à boa convivência, à isonomia e à estrutura do Estado. Utilizando o método dialético, o trabalho revisita pensamentos filosóficos e a Teoria Geral do Estado, aplicando-os ao campo da responsabilidade civil dos

¹ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2020); Advogada em exercício desde 2021, OAB/SP n. 452.508, Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/MG (2023). Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. Atuante nas áreas de Processo Coletivo; Direito Civil e Processual Civil - Responsabilidade Civil, Direito Bancário, Direito Contratual, Direito de Família; Direito do Consumidor. **E-mail:** raissa.mobiglia@sou.unaerp.br

² Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho tem Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1998), Mestrado (2003) e Doutorado (2006) em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, e Livre-Docência em Direito pela Universidade de São Paulo (2009) na área de Teoria e Filosofia do Direito, com Estágios Doutorais junto à Faculdade de Direito de Coimbra (sob orientação do Prof. Doutor Antônio Castanheira Neves) e à Faculdade de Letras/Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (Bolsa CAPES, 2004-205), e Pós-Doutorados junto à UFMG (Filosofia Antiga, FAFICH, 2011), e à Universidade de Munique (Teoria do Direito, 2013, Bolsa CAPES). Foi Professor e Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é Professor Associado e Diretor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, e docente da Universidade Ribeirão Preto (UNAERP). Seus principais interesses teóricos são: Ética, Política e Filosofia do Direito (com ênfase no pensamento prático grego, especialmente Aristóteles), Teoria do Direito (em diálogo com os desafios propostos pelo Jurisprudencialismo), Direito Político, Direitos Coletivos, Direito Público, Educação Jurídica, e Direitos Humanos. É advogado. E-mail: nunocoelho@unaerp.br

provedores de redes sociais na contemporaneidade. A pesquisa jurisprudencial evidencia que os direitos fundamentais devem ser preservados, à luz do princípio republicano, equilibrando-se com os direitos humanos e os valores sociais, garantindo uma convivência pautada no respeito, justiça e responsabilidade.

Palavras-chave: responsabilidade; princípio republicano; cortes superiores.

ABSTRACT

The present work intends to address the responsibility of social network providers in light of the republican principle, also analyzing the current decisions on the subject in the Superior Courts. With the increasing use of social networks, there is a significant impact, both on Law and on life in society. Freedom of expression, a fundamental right guaranteed by the Federal Constitution (article 5, item IV) and by Law 12,965/2014 (article 2), allows individuals to use the internet to express their opinions and expose their activities, in general. However, the indiscriminate use of these platforms also facilitates the commission of crimes without major consequences for offenders, which raises concerns not only for the Law, but also regarding good coexistence, equality and the structure of the State. Using the dialectical method, the work revisits philosophical thoughts and the General Theory of the State, applying them to the field of civil liability of social network providers in contemporary times. Jurisprudential research shows that fundamental rights must be preserved, in light of the republican principle, balancing them with human rights and social values, guaranteeing coexistence based on respect, justice and responsibility.

Keywords: responsibility; republican principle; upper cuts.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a inter-relação entre isonomia e responsabilidade dentro do contexto do princípio republicano. Além disso, busca-se destacar o impacto da internet nas relações sociais contemporâneas, bem como os desafios enfrentados nesse cenário. De forma crítica, pretende-se expor a ausência de consequências significativas para usuários e provedores de internet, especialmente em redes sociais, em face das normas e princípios estabelecidos na Constituição Federal, os quais, por sua vez, acabam por infringir o princípio republicano.

Inicialmente, será explorado como o uso dessas plataformas transforma positivamente as interações sociais. No entanto, essa transformação também dá origem a condutas problemáticas, tanto as que já existiam anteriormente quanto aquelas que surgem com a utilização dessas ferramentas digitais. Ofensas, ameaças, discursos de ódio e outros

comportamentos semelhantes geram responsabilidades que vão além da esfera patrimonial, podendo causar até mesmo transtornos psicológicos.

Assim, a atenção das autoridades deve se direcionar à responsabilidade dos usuários e provedores de internet, dependendo do caso concreto. A circulação de conteúdo indesejado ou impróprio não impacta apenas o indivíduo afetado, mas pode ter repercussões para a coletividade, atingindo todos os que têm acesso a uma determinada plataforma.

A responsabilidade, como dimensão essencial do princípio republicano, está intrinsecamente ligada a esses comportamentos, referindo-se ao dever de todos os indivíduos e instituições, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de se submeterem à ordem jurídica e ao sistema de deveres e responsabilidades que ela estabelece. Nesse sentido, a responsabilidade não se restringe à atuação dos governantes, mas se aplica a todos os cidadãos, empresas e entidades que operam em uma sociedade regida por leis, fundamentada nos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Por fim, acrescenta-se ao debate um caso atual em discussão perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de verificar se há violação aos fundamentos constitucionais.

2 O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO CONVÍVIO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL

2.1 O impacto das redes sociais no comportamento social

É evidente que o crescente uso da tecnologia transforma as relações de maneira positiva, ao criar e aprimorar produtos, serviços e práticas em diversos setores econômicos e em vários aspectos da sociedade (Rosenvald, 2020, p. 4).

Contudo, embora se espere que muitos dos objetivos traçados pela ferramenta possam contribuir para a sociedade, suas inovações também trazem riscos e intensificam alguns problemas que já vinham sendo combatidos ao longo dos anos. As plataformas se tornaram veículo para práticas de comportamentos, os quais, muitas vezes, afastam o bom convívio entre as pessoas, valoriza o individualismo, resulta na prática de crimes, entre outras questões.

Por esta razão, os conceitos e as normas jurídicas necessitam enfrentar os desafios impostos pela ciência e pelo avanço tecnológico, impondo medidas à luz do Estado Democrático de Direito.

O uso indiscriminado (em excesso e sem grandes consequências no campo da responsabilidade) pode causar às pessoas, para além da responsabilidade civil ou criminal, sentimentos ruins e prejudiciais, que afastam o caminho a ser traçado para o bem comum. Como exemplo, é possível se deparar com a divulgação de conteúdo sexual sem que haja a remoção dele de imediato e consequente punição – que, não raras vezes, causa à vítima grandes transtornos.

Paralelamente a esse problema, há também de se refletir sobre o acesso rápido às informações que, amiúde, são inverídicas e tendem a possibilitar para gerações futuras o acesso a um suposto conhecimento, de forma precipitada, sem uma pesquisa aprofundada sobre assuntos, o que pode acarretar, consequentemente, opiniões equivocadas.

Tornou-se comum a criação de perfis cujo objetivo é praticar discriminação, divulgar notícias falsas (popularmente conhecidas como *fake news*), realizar discursos de ódio (*hate speech*), entre outras condutas que afetam as relações jurídicas.

Os aspectos negativos do crescimento das redes sociais passam preocupar e a ganhar espaço no mundo jurídico. Os comportamentos que ferem as leis, princípios e costumes de determinado país devem gerar responsabilidades aos usuários e aos provedores; seja na esfera civil ou criminal, seja entre particulares ou perante a sociedade.

2.2 Responsabilidade civil dos provedores de redes sociais

O uso da rede mundial de computadores (Internet), como já dito, gera grandes impactos nas relações sociais e, consequentemente, jurídicas. Justamente por seu alcance internacional e “sem fronteiras”, não só o judiciário brasileiro, mas o de outros países, tendem a trabalhar constantemente na formação de caminhos adequados para tratar as relações jurídicas em seu âmbito, zelando pelos fundamentos constitucionais.

Nos Estados Unidos, foi dada à responsabilidade subjetiva aos provedores e objetiva e mais severa aos usuários, considerando que estes, ao postarem conteúdo ilícito, recaem ao que se considera moralmente reprovável (Longhi, 2020, p. 31).

No Brasil, a Lei nº 12.965/2014 estabeleceu o Marco Civil da Internet, dispondo de vários aspectos e regulamentação, mas a abordagem não se limitou a ela.

A exemplo, no Recurso Especial 1.783.269-MG do Superior Tribunal de Justiça, estabeleceu que "responde civilmente por danos morais o provedor de aplicação de internet que, após formalmente comunicado sobre a publicação ofensiva à imagem de um menor, se omite na sua exclusão, independentemente de ordem judicial". Essa decisão se baseia no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 18) e na Constituição Federal (artigo 227), que impõem como dever de toda a sociedade zelar pela dignidade da criança e do adolescente.

O Supremo Tribunal Federal também caminha em busca de aproximar o tema do que já previa o ordenamento jurídico brasileiro. Isso afetou, por exemplo, o Recurso Extraordinário 1037396, reconhecendo sua repercussão geral. Por meio do Tema 987, discutiu-se se é constitucional o artigo 19 da Lei nº 12.965/2014, que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial para a exclusão de conteúdo, a fim de responsabilizar civilmente provedores de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.

Da mesma forma, a Corte afetou o Tema 533 do Recurso Extraordinário 1057258, que discute, à luz dos artigos 5º (II, IV, IX, XIV, XXXIII e XXXV) e 220 (parágrafos 1º, 2º e 6º) da Constituição Federal, se, na ausência de regulamentação legal sobre a matéria, os princípios constitucionais mencionados incidem diretamente, estabelecendo o dever das empresas hospedadoras de sites na internet de fiscalizar o conteúdo publicado em seus domínios eletrônicos e retirar do ar informações consideradas ofensivas, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

Essas questões têm grande relevância jurídica e social, envolvendo interesses significativos, como reconhecido pelos Ministros José Antonio Dias Toffoli e Luiz Fux, que, ao designarem audiência virtual para discutir os entraves relacionados à harmonização de importantes princípios constitucionais, sustentam que há, por um lado, a liberdade de expressão e o direito à informação, frente à dignidade da pessoa humana e suas fragmentações, como a inviolabilidade da imagem, da intimidade e da vida privada.

Além disso, há a instauração de inquéritos criminais, como o Inquérito 4.781/DF, que investiga notícias fraudulentas (*fake news*); e o Inquérito 4.874/DF, que apura supostas

“milícias digitais”. Embora tramitem em sigilo, esses inquéritos destacam a importância do tema das plataformas de internet no campo jurídico.

Assim, verifica-se que o uso da internet, de forma geral e mundial, apresenta um vasto campo de discussão e requer ajustes na regulamentação, especialmente no Brasil.

Fazendo um paralelo com a concepção de Aristóteles, o silogismo sob a perspectiva jurídica pressupõe que os fatos são a premissa menor e a lei é a premissa maior, resultando na sentença como conclusão. No entanto, diante de situações antes não vivenciadas, como a ascensão da internet nas relações sociais, torna-se necessário interpretar a lei à luz dos fatos, o que é evidente na formação da jurisprudência no país, como nos casos acima abarcados.

No passado, o Poder Legislativo era quem detinha espaço a propor leis no caminhar do contexto em sociedade, o que poderia ser visto como forma de garantir um governo que não fosse absolutista e que representasse a vontade do povo (Dallari, 2015, p. 299).

Na atualidade, o cenário é diferente. O Poder Judiciário, por meio das Cortes Superiores (Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça), passa a ganhar um protagonismo ao dar força normativa para a maioria de seus julgados, por meio do que hoje é reconhecido como precedentes judiciais.

Em razão disso, ao julgador caberá observar o conjunto de normas e princípios garantidos pela Constituição Federal, ainda que faça o julgamento de maneira mais restritiva, sem que abarque questões não tão delimitadas ao tema, para que evite recair em violações como o contraditório, a ampla defesa, a vedação, a não surpresa, a igualdade, a segurança jurídica, entre outros.

Diante disso, as discussões sobre responsabilidade se tornam fundamentais, cabendo iniciativas dos governantes, dos cidadãos, das empresas, dos tribunais quando verificada uma suposta violação a um fundamento constitucional.

Essas iniciativas necessariamente devem se interligar aos princípios mais amplos que regem a convivência em sociedade e o Estado, como o princípio republicano. Ele emerge como uma diretriz essencial, pois fundamenta a organização da população e estabelece o compromisso com a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a justiça e o bem comum.

Deste modo, abordar-se-á como esse princípio pode orientar a responsabilização dos provedores frente aos desafios contemporâneos.

3 O PRINCÍPIO REPUBLICANO

Para adentrar a aplicação do princípio no campo da responsabilidade, necessário se faz destacar algumas de suas características.

Inicialmente, ressalta-se que o princípio republicano está expresso na Constituição Federal de 1988, em seu artigo primeiro, que assim dispõe: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:”.

O princípio republicano é um dos pilares fundamentais de um regime jurídico-político, especialmente em democracias contemporâneas, e está intrinsecamente ligado à ideia de isonomia, ou seja, a igualdade de todos perante a lei.

No contexto da república, o poder político não é exercido em benefício de uma classe, família ou indivíduo específico, mas sim em nome do bem comum e do interesse coletivo. Esse princípio reflete uma ordem política onde o poder é legitimado pela participação popular, por meio de eleições, e pelo controle de mandatários que exercem suas funções em caráter temporário e responsável.

Para Aristóteles, quando diante de um governo que prioriza o bem comum, se está diante de uma verdadeira forma de política e de justiça, pois se valoriza os princípios.

A isonomia, no regime republicano, implica que todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, econômica ou política, têm os mesmos direitos e deveres perante o Estado e as instituições. Isso significa que a lei deve ser aplicada de forma igualitária e sem privilégios. A igualdade, porém, não deve ser vista apenas de maneira formal, ou seja, como uma simples uniformidade de tratamento legal, mas também material, considerando as desigualdades de fato existentes na sociedade.

Nesse sentido, o princípio republicano demanda que o Estado atue ativamente para promover condições de igualdade, reduzindo as distorções e barreiras que limitam o pleno exercício da cidadania.

Um regime republicano fundado na isonomia também pressupõe a impessoalidade na administração pública, isto é, a vedação de tratamentos discriminatórios ou favorecimentos

pessoais. A escolha dos representantes e a alocação de recursos públicos devem seguir critérios objetivos, em prol do bem comum, afastando-se de decisões baseadas em interesses privados ou facciosos.

Dessa forma, o princípio republicano assegura que o poder não seja capturado por interesses particulares ou por elites, o que é essencial para garantir a confiança da sociedade nas instituições e na justiça do sistema político.

Além disso, o princípio republicano envolve um controle social sobre o exercício do poder, o que reforça a ideia de prestação de contas (*accountability*) e de responsabilidade dos agentes públicos. Em uma república, os governantes são mandatários temporários, submetidos ao escrutínio popular e a mecanismos de controle institucional, como a divisão de poderes e a transparência pública. Isso assegura que o poder seja exercido dentro dos limites legais e que seja voltado à promoção da justiça e da igualdade de oportunidades:

(...) o que importa para definir um determinado Estado como republicano é a correspondente adoção, expressa ou implícita, de tal forma de governo, bem como a observância das características nucleares da República, isto é, a eletividade, a temporariedade dos mandatos e a responsabilidade dos governantes (Ataliba, 1998, p. 13).

Portanto, o princípio republicano como estruturante de um regime marcado pela isonomia vai além da mera formalidade democrática: é um compromisso com a equidade e a justiça social, com a impessoalidade nas decisões políticas e administrativas e com a responsabilidade dos governantes frente à coletividade. É, em suma, uma expressão do ideal de que o poder é do povo e deve ser exercido em seu benefício, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste caminho, a responsabilidade, enquanto componente fundamental do princípio republicano, implica o dever de todos os indivíduos e instituições se sujeitarem à ordem jurídica e ao conjunto de deveres e responsabilidades por ela estabelecido, conforme será abordado adiante.

3.1 O princípio republicano e a responsabilidade

A responsabilidade dos provedores de internet como dimensão do princípio republicano se funda na isonomia e na impessoalidade, exigindo que todos estejam sujeitos às mesmas normas e que nenhum indivíduo ou organização tenha imunidade perante a lei.

Esse dever de submissão à ordem jurídica decorre da ideia de que a lei é o instrumento regulador da convivência social e da justiça. Em um regime republicano, a igualdade perante a lei significa que todas as pessoas devem respeitar as normas que foram democraticamente estabelecidas para regular a vida coletiva. Não há espaço, portanto, para privilégios ou exceções. A ordem jurídica deve ser aplicada de forma uniforme e justa, impondo a todos os seus destinatários as mesmas obrigações e responsabilidades, independentemente de sua posição social, econômica ou política.

A responsabilidade, nesse sentido, implica o reconhecimento de que o cumprimento das normas jurídicas é fundamental para a manutenção da paz social e da ordem pública. Pessoas físicas e jurídicas estão obrigadas a agir de acordo com as leis, e qualquer desvio desse comportamento deve ser corrigido mediante os mecanismos previstos no sistema legal.

Seja no campo civil, penal, administrativo ou tributário, o dever de responsabilidade assegura que as relações entre indivíduos, empresas e o Estado sejam reguladas por um sistema de direitos e deveres que se aplica de forma universal e objetiva.

Além disso, a responsabilidade imposta pela ordem jurídica garante que todos os atores sociais e econômicos, sejam eles cidadãos ou organizações, assumam as consequências de suas ações. Esse dever de *accountability*, que abrange a totalidade do corpo social, é o que preserva a integridade do sistema jurídico, assegurando que ele funcione de maneira equânime e imparcial.

A responsabilidade, nesse sentido, também exige a reparação de danos causados a terceiros, o cumprimento de contratos, a observância das normas de segurança e o respeito aos direitos fundamentais, entre outras obrigações, especialmente aquelas que percorrem com a utilização das redes sociais, de seus usuários e seus provedores.

Assim, o princípio republicano, ao impor a responsabilidade de submeter-se à ordem jurídica, preserva a isonomia e o caráter universal das normas, garantindo que nenhum indivíduo ou entidade esteja acima da lei. Essa responsabilidade é, portanto, um elemento imprescindível para o funcionamento de um Estado de Direito republicano, no qual as

relações sociais são mediadas por um sistema de normas que assegura a justiça, a igualdade e a estabilidade institucional.

O parêntese proposto neste estudo, encontra-se no uso das redes sociais frente à livre manifestação de vontade, levantando questionamentos sobre a necessidade de uma limitação aos usuários e aos provedores, frente aos deveres e responsabilidades perante o Estado, à exemplo da discussão de um caso concreto que se passa a abordar.

4 ESTUDO DE CASO COM BASE NO PRINCÍPIO REPUBLICANO: DECISÃO LIMINAR DO MINISTRO ALEXANDRE DE MORAIS EM DESFAVOR À EMPRESA X BRASIL INTERNET LTDA

Parte-se da premissa de que o Marco Civil da Internet (2014) estabelece que, mediante ordem judicial, os provedores de internet devem eliminar o conteúdo a que se concluiu o Judiciário, ao menos em um primeiro momento, que seria inapropriado. A lei prevê que determinadas violações acarretam, de forma isolada ou cumulativa, as seguintes sanções:

Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nos arts. 10 e 11 ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 10% (dez por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - suspensão temporária das atividades que envolvam os atos previstos no art. 11; ou

IV - proibição de exercício das atividades que envolvam os atos previstos no art. 11.

Parágrafo único. Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata o caput sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.

Além disso, a Lei determina que haja um representante da empresa no país para permanência de determinada plataforma:

Art. 11. Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos dados coletados em território nacional e ao conteúdo das comunicações, desde que pelo menos um dos terminais esteja localizado no Brasil.

§ 2º O disposto no caput aplica-se mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que ofereça serviço ao público brasileiro ou pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil.

No caso selecionado para o presente estudo, tem-se que, a partir de investigações instauradas, determinou o Supremo Tribunal Federal que a empresa X Brasil Internet Ltda desativasse alguns de seus usuários, sob o fundamento de que essas contas estavam disseminando conteúdos de ódio e contrários ao Estado Democrático de Direito. Além disso, a Corte determinou que a referida empresa indicasse um representante legal no país, posto que havia fechado seu escritório local, em desacordo com o previsto na Lei 12.965/2014.

Ocorreu que, não houve cumprimento das determinações pela empresa “X”, de modo que, em 30 de agosto de 2024, por meio de decisão monocrática proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, determinou-se a suspensão da plataforma “X Brasil Internet Ltda” (popularmente conhecido como *Twitter*), até que as ordens judiciais fossem cumpridas, incluindo o pagamento das multas atribuídas pelo descumprimento.

Referida decisão foi confirmada pela 1ª Turma do Supremo, pelos Ministros Flávio Dino, Carmen Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin. Ocorre que a medida adotada foi alvo de grande debate entre as pessoas e estudiosos do Direito, sendo questionado se houve excesso na decisão.

A preocupação do estudo não é propriamente o mérito das decisões liminares advindas do Supremo Tribunal Federal, mas, sim, o descumprimento por parte da empresa “X”, acerca de determinações atribuídas pela autoridade máxima do Poder Judiciário Brasileiro, que, ao que tudo indica, possui amparo legal inclusive pela Resolução n. 23.714/2022 do Tribunal Regional Eleitoral.

Percebe-se que, quando algumas pessoas ou grupos, especialmente aqueles com superioridade econômica ou tecnológica, como o caso, conseguem se colocar acima da lei, o regime que resulta disso adquire um caráter despótico, distante do princípio republicano abordado outrora.

O despotismo, nesse sentido, é marcado pela ausência de isonomia e pela existência de privilégios que corroem os fundamentos do Estado de Direito. Em vez de um sistema onde todos estão igualmente sujeitos às normas jurídicas, cria-se um ambiente em que

alguns poucos, detentores de poder ou recursos, podem agir sem o devido controle e fiscalização, em contrariedade ao princípio republicano.

As decisões advindas do Supremo Tribunal Federal não deveriam ser ignoradas, afinal, essa posição de superioridade da empresa “X” quando utilizada para evitar a submissão à lei, gera uma concentração de poder que distorce as relações sociais e políticas.

As elites, ao se eximirem de responsabilidades legais, agem de forma arbitrária, minando a confiança nas instituições e perpetuando desigualdades estruturais. Além disso, esse caráter despótico aprofunda as disparidades, pois a lei deixa de ser um instrumento de justiça e passa a ser manipulada para atender aos interesses daqueles que detêm maior influência ou recursos.

Esse fenômeno afasta o regime político dos princípios republicanos, que se fundamentam na igualdade e na responsabilidade universal perante a ordem jurídica. O poder se concentra em mãos de poucos, permitindo que tomem decisões sem prestação de contas e sem se submeterem aos ditames da lei. Como resultado, surgem abusos de poder, violações de direitos e a exclusão de vastas camadas da população dos benefícios e proteções proporcionados pelo sistema legal. Ou seja, o reflexo da decisão em que se determinou a suspensão da plataforma, passa a atingir todos os usuários e não apenas a empresa “X”.

Esse tipo de despotismo é especialmente perigoso na era do rápido avanço tecnológico, em que as plataformas digitais ou tecnologias emergentes podem operar sem transparência e com pouca ou nenhuma regulação eficaz.

Quando tais atores se tornam imunes às normas que deveriam governar suas ações, o tecido democrático é profundamente enfraquecido, e o risco de autoritarismo disfarçado de progresso ou inovação tecnológica aumenta consideravelmente.

Assim, em um regime despótico, a desigualdade jurídica é institucionalizada, e a promessa de justiça social e política se perde. Apenas um regime baseado no princípio republicano, com responsabilidade equânime e impessoalidade, pode assegurar que o avanço econômico e tecnológico seja compatível com a manutenção da igualdade e do respeito aos direitos de todos os cidadãos.

Embora os críticos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal sustentem a liberdade de expressão, é importante compreender que limites devem ser impostos, pois, ainda que se trate de direito fundamental e assegurado também pelo princípio republicano,

não deve ser ignorado diante de uma violação a isonomia e a responsabilidade universal, acarretando no despotismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada ao longo deste estudo demonstra a intrínseca relação entre o princípio republicano e a responsabilidade na contemporaneidade, especialmente no contexto das redes sociais. O impacto dessas plataformas nas relações sociais é inegável, trazendo à tona tanto avanços quanto desafios significativos.

Embora as redes sociais tenham potencial para promover a interação e o compartilhamento de informações, sua utilização indiscriminada frequentemente resulta em comportamentos prejudiciais, como ofensas, discursos de ódio e a disseminação de informações falsas.

A responsabilidade, entendida como um componente essencial do princípio republicano, estabelece que todos os cidadãos e instituições, incluindo provedores de internet, devem se submeter à ordem jurídica. Isso implica que a impunidade em relação às condutas ilícitas praticadas nas redes sociais não pode ser tolerada, uma vez que fere os fundamentos da igualdade e da dignidade humana, pilares do Estado Democrático de Direito.

Assim como, o estudo de caso envolvendo a empresa X Brasil Internet Ltda ilustra a necessidade de regulamentação e responsabilização efetiva dos provedores de redes sociais, evidenciando o papel do Judiciário na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais. A decisão de suspensão da plataforma, embora polêmica, demonstra a importância de responsabilizar as grandes empresas que, ao fornecerem serviços digitais, precisam respeitar as decisões e leis nacionais e internacionais.

A responsabilidade dos provedores de redes sociais não pode ser minimizada sob o pretexto da liberdade de expressão. Esse direito, ainda que garantido constitucionalmente, não é absoluto e deve ser equilibrado com a dignidade da pessoa humana, o direito à privacidade e a preservação da ordem pública.

O princípio republicano mostra-se essencial na regulação dessas questões, pois, ao assegurar isonomia, exige que tanto usuários quanto os provedores assumam suas responsabilidades em prol do bem comum. Cabe ao Poder Judiciário continuar a zelar pela

aplicação rigorosa dos princípios constitucionais, garantindo que a revolução digital esteja alinhada com os valores da República e com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. Álvares de. *Republic and Constitution: a study about the republican principle, basis of the Democratic Rule of Law*. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e96932553, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i3.2553. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2553>. Acesso em: 3 out. 2024.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*. 1d. São Paulo: PC Editora Ltda, 1998.

Barroso, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de set. 2024.

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de abril de 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em 7 de set. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de jan. de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em 21 de set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em 21 de set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial 1.783.269-MG*, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 14/12/2021. Disponível em <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201702627555&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>. Acesso em 7 de set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 1037396*, São Paulo/SP. Afetado em 29/03/2017. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5160549>. Acesso em 7 de set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 1057258*, Minas Gerais/MG. Afetado em 27/06/2017. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5217273>. Acesso em 7 de set. 2024.

CICCO, Cláudio de. *Considerações sobre o institucionalismo de Maurice Hauriou: bases filosóficas e verificação histórica*. Revista Quaestio Iuris, v. 13, n. 02, 2020. DOI: 10.12957/rqi.2020.43989. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/43989>. Acesso em: 7 set. 2024.

CRUZ JUNIOR, Gilson. "Ver o que temos diante do nariz exige uma luta constante": a pós-verdade como desafio à educação na era digital. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 273–290, 2021. DOI: 10.20396/etd.v23i1.8656236. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8656236>. Acesso em: 3 out. 2024.

DALARRI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Três modelos normativos de democracia*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>. Acesso em 7 de set. 2024.

LONGHI, João Victor Rozatti. *Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake news*. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARTINS, Flávio. *A suspensão do "twitter" ("x") no brasil e os limites de atuação do poder judiciário*, 2024. E-book. Disponível em: <https://www.professorflaviomartins.com.br/>. Acesso em: 21 set. 2024.

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2015.

ROSEVALD, Nelson. *Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake news*. Prefácio. In: LONGUI, João Victor Rozatti. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 21 set. 2024.

Submetido em 01.10.2024

Aceito em 17.10.2024